

DESEMPREGO E PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Desemprego: de nada adianta tapar o sol com a peneira

*Claudio Salvadori Dedecca**

Desde a adoção do Plano Real, o Governo Federal e seus assessores têm batido na tecla de que o desemprego não se constitui num problema relevante no mercado de trabalho brasileiro, reconhecendo que uma parcela significativa de nossa População Economicamente Ativa (PEA), como afirmou o próprio Presidente, são “inempregáveis”. É difícil entender a lógica desse raciocínio, pois, ao mesmo tempo que desqualificam o desemprego enquanto problema, afirmam que, ao menos, a população sem o 1º grau completo — que representava 64% de uma PEA nacional de 70 milhões de pessoas em 1995 — não possui qualquer chance de manter-se inserida, face às novas condições de funcionamento do mercado de trabalho criadas pelo movimento inevitável de globalização da economia brasileira. Torna-se ainda mais incompreensível tal diagnóstico se levado em conta o temor da população em relação ao desemprego, fato recorrentemente observado pelas diversas pesquisas de opinião pública.

Se, por um lado, a população se mostra alarmada com o problema, ela manifesta, por outro, grande dificuldade de entender a “dança de números” veiculada, de maneira descuidada, pela mídia nacional. Esta reproduz, em geral, a visão do desemprego adotada pelo Governo Federal, que nada mais faz do que reduzir a questão a um número ou a um indicador estatístico, como aqueles que aparecem nos quadros-sínteses dos cadernos de economia dos jornais impressos ou ao fim dos blocos dos jornais televisivos. Ao invés de a informação contribuir para a elucidação do fenômeno, tão necessária para a discussão de políticas que busquem enfrentar o problema, ela aparece como um instrumento de manipulação política, de uma visão “fetichizada” da realidade nacional.

* Professor e Pesquisador do Instituto de Economia e Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho da Unicamp e Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET).

Este ensaio analisa essa visão e suas conseqüências para a discussão das políticas de emprego e para a conformação futura do mercado de trabalho brasileiro, bem como os elementos determinantes do problema de emprego e desemprego hoje no País. Ele está organizado em quatro partes. Na primeira, analisa-se o diagnóstico sobre o desemprego formulado pelo Governo Federal e seus assessores, apontando que o mesmo depende de uma visão que o considera como fenômeno homogêneo. Em seguida, trata-se de explorar as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho nacional nos anos 90, com o objetivo de avaliar os efeitos da reorganização econômica sobre o emprego e de sua relação com o desemprego. Com base nesses argumentos, discute-se a tendência atual do mercado de trabalho não agrícola, no sentido de conhecer minimamente sua progressiva informalização e de identificar a questão do desemprego em sua nova dinâmica. Finalmente, analisa-se o desemprego metropolitano como parte das novas condições de funcionamento desse mercado de trabalho, apontando a falta de sustentação à visão homogeneizante do desemprego e suas implicações para o desenho das políticas públicas.

1 - O diagnóstico do Governo Federal sobre o desemprego

O Governo Federal argumenta, de maneira recorrente, que o desemprego, no Brasil, é baixo. Esse ponto de vista apóia-se nos indicadores produzidos pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME do IBGE, que, em 1997, mensurou uma taxa de desemprego de 5,7% nas Regiões Metropolitanas, sendo a mais baixa observada para a do Rio de Janeiro (3,7%) e a mais elevada para a de Salvador (7,7%), bem como na comparação com as taxas encontradas para os principais países desenvolvidos¹. Se deixada de lado qualquer consideração que qualifique melhor esses indicadores, não resta outra alternativa que o reconhecimento de um baixo desemprego no mercado de trabalho nacional.

Entretanto aí reside o principal problema, na argumentação feita pelo Governo Federal e seus assessores; estes tomam o desemprego como um fenômeno homogêneo, circunscrevendo-o à sua forma de manifestação mais visível, a do desemprego aberto na semana como referência. Essa forma de

¹ Segundo a OCDE (The Hot File, 1998), as taxas de desemprego, nos países desenvolvidos, no primeiro trimestre de 1997, eram: Alemanha, 11,3%, França, 12,8%, Itália, 12,2%, Japão, 3,3%, Suécia, 8,7%, Reino Unido, 6,2%, e EUA, 5,3%.

desemprego considera somente aquelas pessoas que, não tendo realizado qualquer trabalho remunerado ou não, saíram a procura de alguma ocupação.

A redução do fenômeno a essa forma é aceita internacionalmente, quando a situação de desemprego tem como contrapartida um sistema de seguro-desemprego que garanta o financiamento dos custos da procura e que atue na intermediação da contratação de trabalho. Essa é a realidade da maioria dos países desenvolvidos, em especial dos europeus.

A presença desse arcabouço institucional permite conhecer mais precisamente a situação de desemprego, ao garantir que ela não seja acompanhada de qualquer forma de trabalho ou da interrupção da procura por motivos financeiros. Ademais, tal arcabouço é parte, em geral, de um mercado de trabalho onde o assalariamento é dominante, superior à dois terços da População Economicamente Ativa, onde o trabalhador desempregado privilegia a busca de um posto de trabalho assalariado e, na sua maioria, está coberto pelo sistema de seguro-desemprego.

Essa não é a realidade brasileira, onde o grau de assalariamento formal é limitado, e o sistema de seguro-desemprego é bastante restrito. Nessas condições, o desempregado, por limitação do seguro-desemprego ou pelo não-direito ao benefício, é obrigado a resolver, autonomamente, o financiamento da procura e o acesso à informação sobre os postos de trabalho disponíveis. Pode-se observar, desse modo, a não-realização da procura em uma certa semana, devido a condições desfavoráveis para fazê-la, como, por exemplo, a semana entre o Natal e o Ano Novo ou de carnaval, ou por falta de recursos financeiros para realizá-la, provocada pelo fim do seguro desemprego e pela inexistência de poupança individual ou familiar.

Borra-se, dessa maneira, a visão meridiana sobre a situação de desemprego, que tem como parâmetro a experiência de muitos países desenvolvidos. No Brasil, o desempregado é, em geral, obrigado a desenvolver autonomamente uma estratégia para o financiamento da procura e para a obtenção de informações sobre postos de trabalho disponíveis. Assim, o desemprego aberto na semana passa a ser uma das formas de manifestação do fenômeno, situação retratada pela PME-IBGE. Ao lado dessa forma, outras se estabelecem, tornando o desemprego um fenômeno heterogêneo, cuja mensuração exige a construção de uma diversidade mais ampla de indicadores, que, em especial, leve em conta as características básicas de funcionamento do mercado de trabalho nacional e das instituições que o regulam.²

² Ver Dedecca (1996, 1998), para uma análise mais detalhada das implicações do diagnóstico do Governo.

O Governo Federal e seus assessores enxergam somente a manifestação mais visível, desprezando a complexidade do fenômeno. Se, por um lado, essa postura minimiza a dimensão do problema, por outro, ela considera, de forma acrítica, situações geradoras de renda, onde a condição de ocupação é pouco clara ou socialmente condenável.

A dificuldade da visão do Governo não se resume a uma avaliação sobre a dimensão do desemprego no mercado de trabalho brasileiro hoje, mas tem conseqüências sobre o desenho atual das políticas econômica e de emprego, que, certamente, influenciam e influenciarão a forma de estruturação do mercado de trabalho no futuro. Para que se possa melhor entender as conseqüências dessa visão sobre o desemprego, é preciso explicitar as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1990.

2 - A economia brasileira nos anos 90 e as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho nacional

A perspectiva de reinserção da economia brasileira na economia internacional, através da órbita financeira e de um processo de abertura externa abrupto desde 1990, tem imposto uma rápida reconfiguração da estrutura produtiva nacional, onde o mercado interno tem deixado de ter a prevalência que havia assumido durante a industrialização após 1930. Uma nova concepção de desenvolvimento caracteriza as políticas públicas da atual década, voltadas para uma integração mais estreita aos mercados internacionais.

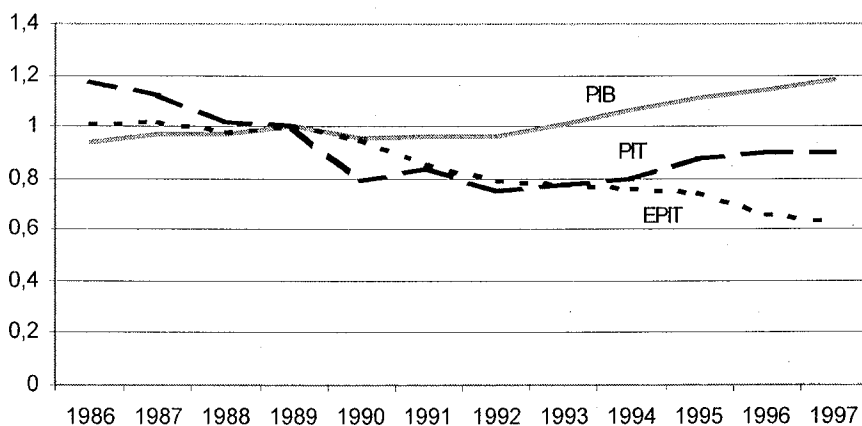
Essa nova perspectiva opta por uma reorganização econômica, que não mais tem foco na montagem de um aparelho produtivo complexo, mas em uma especialização de setores e de segmentos produtivos onde o País apresente vantagens competitivas. Efeitos importantes são gerados sobre a dinâmica industrial, pois se amplia a parcela importada no consumo industrial e no consumo final. A maior integração reduz a participação da produção local no mercado interno, ao mesmo tempo em que, ao ampliar o grau de exposição à concorrência externa, submete as empresas locais a um processo de competição intensa, onde os ganhos de produtividade devem ser buscados a qualquer custo. O caráter abrupto desse processo e a falta de instrumentos adequados de regulação da concorrência externa acabam por provocar uma rápida e maior internacionalização da propriedade das empresas, uma maior dependência tecnológica e uma especialização da estrutura industrial, que compromete parte das cadeias produtivas, e uma ampliação das necessidades de importação de insumos industrializados e de alto valor agregado.

A imposição por ganhos permanentes e elevados de produtividade traduz-se em uma pressão contínua por reduções de custos que, face à baixa taxa de formação bruta de capital e ao reduzido incremento do produto industrial, vai comprometendo, sistematicamente, o nível de emprego industrial. A retração desse segmento do mercado de trabalho é acentuada pela destruição dos segmentos industriais menos competitivos e pelo avanço da subcontratação da produção de bens e serviços pelas grandes empresas.

Portanto, em um contexto de baixo crescimento econômico com desnacionalização do mercado interno, tem-se que os ganhos de produtividade acabam por comprometer o nível de emprego industrial. A comparação entre as evoluções do Produto Interno Bruto (PIB), do Produto Industrial (PIT) e do Emprego na Produção da Indústria de Transformação (EPIT) é uma evidência clara desse processo. Desde 1993, a recuperação do PIB tem sido acompanhada, mais lentamente, pelo PIT. Quanto ao EPIT, nota-se uma trajetória de declínio, independentemente do comportamento do PIT.

Gráfico 1

Evolução do PIB, do PIT e do EPIT no Brasil — 1986-97



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL : Brasil (1986/1997). [on line].

CONTAS NACIONAIS : Brasil (1986/1997). [on line].

NOTA: Base: média de 1989.

A sustentação do mercado de trabalho nacional transfere-se, desse modo, para o segmento serviços, face à importância, cada vez menor, do setor agrícola. Alguns segmentos do setor serviços sempre tiveram grande importância para a evolução do emprego global, como o setor público e o setor financeiro.

Esse segmento tem apresentado uma rápida retração do seu nível de emprego, explicada pela queda da inflação e pela entrada agressiva, permitida e estimulada pelo Governo, de grandes bancos internacionais no mercado doméstico. De maneira semelhante ao observado para a indústria de transformação, o setor financeiro sofre uma forte pressão por ganhos de produtividade, que, devido à impossibilidade de captação de recursos a baixo custo, acelera a automação bancária e, em consequência, elimina um volume ponderável dos postos de trabalho existentes.

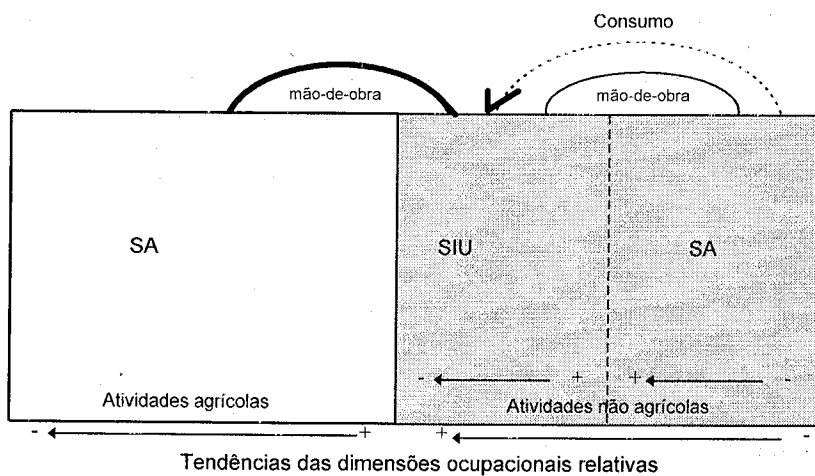
O setor público também é constrangido pelas novas condições de funcionamento da economia brasileira. A reinserção externa não exige somente a abertura e a desregulamentação para a entrada de capitais externos como também a captação de recursos no mercado internacional necessários ao financiamento do déficit em conta corrente e na conta de serviços e à formação de uma elevada reserva de moeda estrangeira. Face à instabilidade do mercado financeiro internacional e aos riscos inerentes a essa situação, a captação de recursos depende de uma alta remuneração, que explode o crescimento da dívida pública, com imposições crescentes de redução do gasto público, que comprometem a política e, por consequência, o emprego e os salários da maior parte do funcionalismo. Se, por um lado, o Governo busca reduzir a dívida com recursos da privatização, observa-se, por outro, que a política econômica agrava, de maneira muito mais rápida, esse problema.

Essa análise explicita como as alterações na dinâmica econômica vêm modificando sua capacidade de geração de empregos e, por decorrência, o próprio mercado de trabalho, fragilizando a base de trabalho assalariado. A alteração do mercado de trabalho encontra-se sintetizada no Esquema 1.³

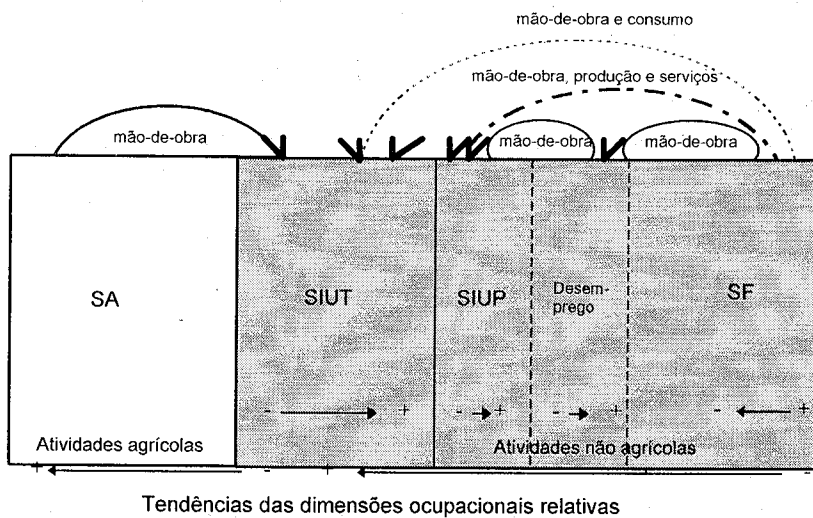
³ Ver Dedecca (1998a), para uma análise mais detalhada das questões tratadas nessa parte do ensaio.

Esquema 1

A - Dinâmica do mercado de trabalho — 1930-80



B - Dinâmica do mercado de trabalho — 1980-90



Após 1930, o avanço da industrialização voltada para o mercado interno foi determinando a redução relativa do setor agrícola (SA). Apesar do crescimento acelerado do emprego industrial e daquele vinculado à montagem de um sistema mais complexo de serviços público e privado, observado, em média, para o período, ele foi insuficiente para absorver a disponibilidade de mão-de-obra existente no meio urbano, criada pelo fluxo migratório e pelas taxas elevadas de crescimento demográfico. Uma particular dinâmica do mercado de trabalho não agrícola vai se estabelecendo, pois um conjunto amplo de ocupações voltado para os serviços de consumo pessoal é consolidado, com uma dimensão igual, e até mesmo superior, à do segmento de ocupações assalariadas vinculado às grandes empresas e ao setor público.

Independentemente da diferenciação de tratamento analítico dado a essa segmentação básica do mercado de trabalho (formal-informal ou capitalista-não capitalista), reconhecia-se a existência de relações tênues entre os segmentos (SOUZA, 1980; CACCIAMALI, 1982; TOKMAN, 1987). Enxergava-se a migração de mão-de-obra do informal para o formal, face à elevada capacidade deste em gerar novos postos de trabalho. Entretanto pouca atenção era dada a possíveis relações produtivas entre ambos os segmentos, dado o elevado grau de internalização e verticalização das grandes empresas. Concluía-se, por conseqüência, que o aumento do nível de atividade do setor formal carregava consigo o nível de emprego, explicando a grande capacidade de geração de postos de trabalho da economia brasileira durante o desenvolvimento do Pós-Guerra. Essa dinâmica está sintetizada no Quadro A do Esquema 1.

Uma observação específica deve ser feita sobre essa forma de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Se, por um lado, o setor formal (SF) não absorvia toda a disponibilidade de mão-de-obra existente, por outro, não jogava segmentos de trabalhadores assalariados para o setor informal. O fluxo de mão-de-obra era, preponderantemente, unidimensional, isto é, do informal para o formal, apesar da elevada rotatividade existente nesse setor (DEDECCA, BALTAR, 1998).

As relações do formal para o informal realizavam-se via renda. Os salários pagos no segmento formal eram, em parte, gastos com serviços e produtos do setor informal, explicando a possibilidade de reprodução deste.

O processo de absorção permanente de mão-de-obra pelo setor formal explicava a pouca importância dada à questão do desemprego durante a fase da industrialização, apesar do largo excedente de mão de obra existente no mercado de trabalho brasileiro ao longo de todo o período. O excedente de mão-de-obra era predominantemente constituído de trabalhadores migrantes, sem tradição no assalariamento, que viam, na flexibilidade da forma de trabalho no setor informal, uma extensão daquela que haviam conhecido no setor agrícola.

Essa dinâmica se rompe durante a recessão do início dos anos 80. Pela primeira vez, o setor formal expulsa trabalhadores, cuja cultura era predominantemente

assalariada. A alternativa principal para esses trabalhadores era a reinserção em um novo emprego assalariado, posicionando-se como desempregados no mercado de trabalho. É nesse momento que emerge o debate sobre o desemprego no País e sobre a necessidade de mensurá-lo (SABÓIA, 1986).

Não se tratava mais de discutir a subutilização parcial da mão-de-obra nos termos propostos pelo debate sobre o setor informal nos anos 70. No início da década passada, havia a necessidade de debater-se uma subutilização particular da mão-de-obra, caracterizada pela busca de um novo emprego e pela adaptação a uma situação precária de trabalho não assalariado ou de assalariamento disfarçado (DEDECCA, 1996).

A recuperação da economia brasileira depois de 1984 permitiu reabsorver esse desemprego, apesar do crescimento do setor informal, explicado, em grande medida, pelo aumento da disponibilidade de mão-de-obra determinado, mesmo que em ritmo menos acelerado, da migração e do crescimento populacional.

Essa situação se complica a partir de 1990, quando o setor formal passa a expulsar, de forma permanente, trabalhadores assalariados e, devido às várias facetas do processo de reestruturação produtiva, torna mais complexas suas relações com o setor informal — ver Quadro B do Esquema 1. Essas relações deixam de se realizar através do circuito de renda, passando a se estabelecer via circuito produtivo, à medida que o setor formal passa a contratar produção e serviços no setor informal.

A expulsão de trabalhadores pelo setor formal alimenta permanentemente o desemprego, enquanto a falta de perspectiva de reconquista da condição de assalariado faz com que trabalhadores desempregados acabem migrando para o setor informal. Por outro lado, a contratação de produção e serviços pelo setor formal ao setor informal amplia a heterogeneidade deste, tornando cada vez mais relevante o seu segmento produtivo. Assim, pode-se afirmar que, ao contrário do observado nos anos 70, o setor informal conhece uma alteração expressiva nas relações com o setor formal e no papel cumprido na dinâmica do mercado de trabalho urbano nacional. O setor informal continua a ter um peso importante como segmento voltado para o consumo pessoal, mas vai conhecendo a progressão daquele vinculado ao segmento formal.

Em um contexto de perda de importância do trabalho assalariado, tendência que foi acelerada pela política econômica dos governos da década de 90, a questão da subutilização da mão-de-obra torna-se mais complexa, fazendo com que o desemprego aberto explique, apenas parcialmente, o problema de emprego no País. Ademais, a ausência de um seguro-desemprego mais efetivo leva que a situação de desemprego possa estar sendo acompanhada de um trabalho marcado por uma elevada precariedade, cuja renda auferida é fundamental para a realização da procura de trabalho.

Assim, a nova dinâmica econômica reconfigura a base produtiva e, por conseqüência, o próprio mercado de trabalho, comprometendo a base de trabalho assalariado com o incremento do setor informal e do desemprego. Essa precariedade

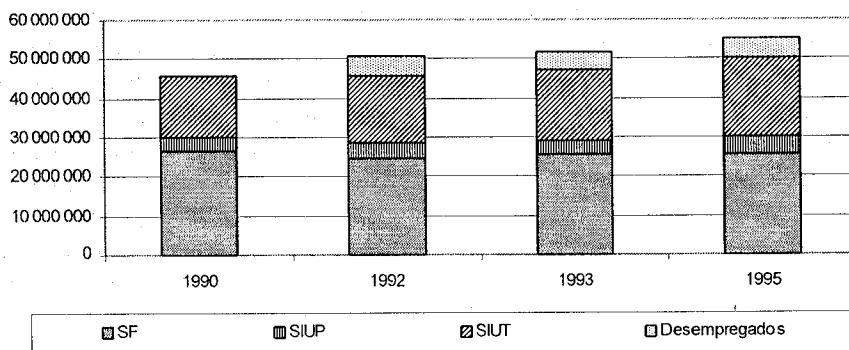
do mercado de trabalho não aparece devido a problemas nas relações de trabalho ou à introdução de novas tecnologias, mas às imposições da política econômica, que induzem a um processo de racionalização da base produtiva e das funções do setor público. Continuam sendo, portanto, nas decisões de produção que tem origem os problemas de emprego e não em supostas disfunções no mercado de trabalho, como propagandeiam o Governo e seus assessores.

3 - Tendências recentes do mercado de trabalho nacional

Os argumentos anteriormente expostos tornam-se ainda mais consistentes quando se trata de analisar a População Economicamente Ativa brasileira durante a década atual. O Gráfico 2 apresenta sua evolução segundo alguns segmentos básicos, anteriormente apontados no Esquema 1.⁴

Gráfico 2

Evolução da População Economicamente Ativa no Brasil — 1990-95



FONTES DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: Brasil (1990, 1992/1993, 1995). [on line].

NOTA: Desemprego, em 1990, não disponível; e população ocupada agrícola excluída.

⁴ Ver Dedecca (1998b), para informações sobre o procedimento metodológico para tratamento dos dados da PNAD-IBGE.

Pode-se notar que, em 1995, o segmento formal (SF) e o informal produtivo (SIUP) representavam, em conjunto, igual nível de ocupação de 1990. Caso se supuser que são nesses dois segmentos onde se concentra a capacidade básica da produção nacional não agrícola, pode-se considerar que a estabilidade do nível de ocupação, em um contexto de certa recuperação da produção industrial, justifica o aumento de produtividade observado ao longo do período. Entretanto essa maior produtividade é obtida com um menor nível de ocupação no setor formal e uma ampliação do setor informal produtivo.

Ademais, observa-se um incremento expressivo do setor informal tradicional, voltado para o consumo pessoal, que constitui a principal mudança na estrutura ocupacional, que ocorre na presença de um desemprego que não se reduz frente ao movimento de recomposição da atividade econômica depois de 1993.

Deve-se frisar que o crescimento do setor tem pouco a ver com o processo de reestruturação produtiva, pois ele ocorre principalmente no segmento tradicional, cuja dinâmica depende da variável renda e não das decisões de produção tomadas pelo núcleo capitalista. Estas influenciam o comportamento do setor informal produtivo, que teve um incremento relativamente limitado.

Nota-se, portanto, que a expansão do setor informal decorre do enfraquecimento do setor formal na sustentação de consumo interno, que, ao penalizar o investimento e a produção corrente em um contexto de concorrência externa intensa e de crescimento lento, bem como a capacidade de gasto do Estado, compromete o nível e a capacidade de geração de emprego nas grandes empresas.

Face à evolução desfavorável do emprego no setor formal, observa-se que o aumento da disponibilidade de mão-de-obra no meio urbano acaba sendo absorvido pelo setor informal tradicional. Entre 1992 e 1995, dois terços do incremento da população ocupada brasileira deu-se nesse segmento do setor informal. Entretanto, hoje, a informalização tem como determinante menor o crescimento demográfico e a migração e como componente principal o baixo crescimento.⁵

A reorganização econômica dos anos 90 tem modificado as relações entre o formal e o informal, levando ao estabelecimento de relações que escapam à

⁵ Merece destaque o comportamento da formação bruta de capital fixo no período recente. Apesar de todo o alarde sobre os novos investimentos feitos por capitais externos na economia brasileira, a formação bruta de capital fixo no período 1993-97 continua num patamar inferior ao observado em 1983, que se constituiu no momento crítico da recessão da década passada. Esse dado é convergente com a análise desenvolvida neste ensaio.

órbita da renda, como apontado no Esquema 1. Contudo continua sendo no segmento tradicional que se realiza, de maneira preponderante, a absorção do excedente de mão-de-obra existente no País.

É lógico que, nesse processo, o problema do desemprego apareça. Contudo a baixa proteção social às pessoas penalizadas por esse flagelo impede a manutenção prolongada da condição de desempregado, impondo um processo de migração de trabalhadores ex-assalariados e dos novos contingentes de assalariados para o setor informal.

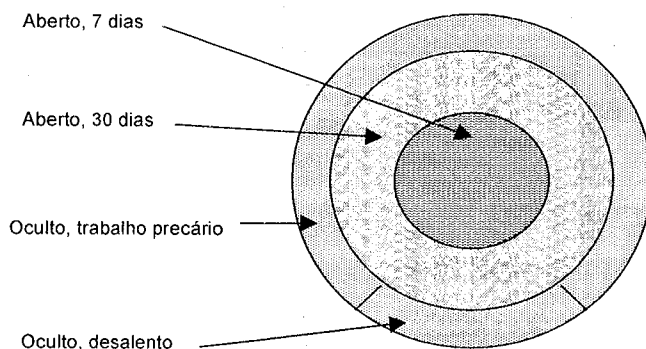
4 - O desemprego: tapando o sol com a peneira

Apesar da acomodação do mercado de trabalho através do setor informal, nota-se a recorrência do problema do desemprego urbano ao longo da década de 90. Como afirmado anteriormente, se avaliado em sua dimensão mais visível, o desemprego aparece de maneira limitada no mercado de trabalho nacional. Esta tem sido a perspectiva do Governo e de seus assessores, que abraçam a taxa de desemprego da Pesquisa Mensal de Emprego-PME-IBGE como termômetro valioso e único para a avaliação do mercado de trabalho nacional.

A partir desse indicador, afirmam *ad nauseam* que o problema está circunscrito à Região Metropolitana de São Paulo, onde a reestruturação do setor industrial tem levado à queima de um volume importante de postos de trabalho, contribuindo, decididamente, para o aumento do desemprego local. Somente no período mais recente, com o crescimento mais expressivo do indicador em outras regiões metropolitanas brasileiras e face ao “espantoso” reconhecimento pela sociedade da gravidade do problema, é que o Governo e seus assessores deixaram de desdenhar a questão. O diagnóstico seria outro, se o Governo enxergasse o problema de maneira um pouco mais complexa, aceitando o desemprego aberto em sete dias como sua manifestação mais visível. Esta é a questão relevante para o desenho das políticas públicas de emprego.

A complexidade do desemprego não é um fenômeno particular ao mercado de trabalho brasileiro. Ela tem sido reconhecida sistematicamente no debate da questão nos países desenvolvidos (CÉZARD, 1986, SORRENTINO, 1993). A configuração caleidoscópica do desemprego pode ser pensada como a formação da terra, onde o magma, na forma líquida, conforma seu centro, e camadas com temperaturas cada vez mais baixas vão se superpondo. As camadas complementam-se e acabam por conformar o Planeta.

Esquema 2



Taxas de desemprego segundo o tipo — 1990-97

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Total das regiões metropolitanas								
Desemprego aberto, 7 Dias (PME-IBGE)	3,3	5,2	4,9	6,0	5,5	4,4	5,2	5,1
Região Metropolitana de São Paulo								
Desemprego Aberto, 7 Dias (PME-IBGE)	3,1	5,9	5,8	6,7	5,9	5,0	6,3	6,0
Desemprego total (PED-SEADE e DIEESE)	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0
Desemprego aberto, 30 dias	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9,0	10,0	10,3
Desemprego oculto	2,9	3,8	6	6	5,3	4,2	5,1	5,7
Pelo trabalho precário	2	2,9	4,6	4,7	4	3,3	3,8	4,7
Pelo desalento	0,9	0,9	1,4	1,3	1,3	0,9	1,3	1,6

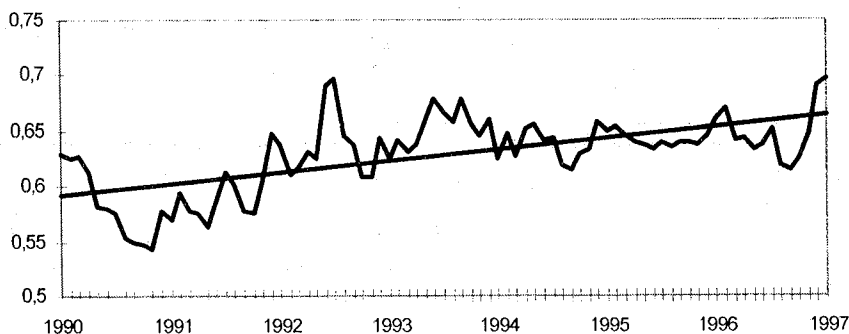
Uma visão semelhante deve se ter do desemprego — ver Esquema 2. Muitas vezes, observam-se enfoques que tomam como conflitantes as taxas de desemprego, ao invés de considerá-las como complementares. Como apontado anteriormente, a nova dinâmica econômica vem reconfigurando o mercado de trabalho com a redução do emprego do setor formal, que alimenta tanto o desemprego como o setor informal. Considerar que esse fluxo é homogêneo constitui uma visão completamente míope, seja porque minimiza o problema do desemprego, hoje, no Brasil, seja porque informa, incorretamente, as políticas públicas de emprego. Apesar de o desemprego aberto em sete dias constituir uma importante manifestação do fenômeno por ser, com certeza, sua face mais visível, ele é somente parte do problema.

Seu caráter heterogêneo torna, também, bastante mais complexa a sua mensuração. A construção de indicadores deve buscar atender às diversas visões do desemprego no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, no sentido de constituir uma base de informações relevante para o debate das políticas públicas. Esse argumento ganha relevância quando se analisa, mais acuradamente, o comportamento dos mercados de trabalho metropolitanos a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego-PME-IBGE.

No Gráfico 2, pode-se observar a evolução da relação entre os contingentes de inativos-desempregados e de ocupados da População em Idade Ativa (PIA) das regiões metropolitanas, durante os anos 90. Nota-se uma tendência de elevação dessa relação, apontando que, progressivamente, uma parcela cada vez maior da PIA é dependente de um contingente progressivamente menor de população ocupada. Esse desempenho dos mercados de trabalho metropolitanos *per se* denota a impossibilidade de se ater às condições de ocupação plena e de desemprego aberto, pois estas impedem compreender o aumento mais expressivo da parcela de inativos, em um contexto de agravamento da situação de emprego, que, a princípio, deveria elevar a participação da População em Idade Ativa. Essa inquietação torna-se ainda maior se levado em conta que, nos momentos de retração dos mercados de trabalho metropolitanos, dois terços das pessoas que perdem ocupação migram para a condição de inativos (DEDECCA, 1996).

Gráfico 3

Relação entre os inativos e desempregados e os ocupados nas Regiões Metropolitanas — 1990-97



FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1990/1997). [on line]. Disponível na Internet via [www.URL: http //www. ibge. gov. br](http://www.ibge.gov.br).

NOTA: Média das Regiões Metropolitanas.

A tendência de incremento na relação constitui um sinal vermelho sobre a performance dos mercados de trabalho metropolitanos, que deve ser explorada devidamente. Ao invés de centrar a análise em um indicador sintético, faz-se necessária a adoção de indicadores diversos, que permitam conhecer apropriadamente as transformações nesses mercados, buscando esclarecer, desse modo, a evolução pouco aceitável da relação inativos-desempregados e ocupados.

Como se procurou mostrar ao longo deste ensaio, é preciso analisar o desemprego à luz das novas condições de funcionamento da economia brasileira, cuja dinâmica promove um processo de racionalização produtiva e um contexto de baixo crescimento, que, em conjunto, têm penalizado, recorrentemente, o nível de emprego, ampliando a informalidade e transformando ainda mais o desemprego, dando-lhe um caráter ainda mais complexo e heterogêneo.

A necessidade de conhecer melhor o desemprego hoje no País não decorre, como muitas vezes bradam o Governo e seus assessores, da vontade de lançar fatos políticos junto à opinião pública, mas da formulação de políticas públicas de emprego, que, com certeza, estarão sendo, equivocadamente, desenhadas, se mantida a visão reducionista sobre o fenômeno. Em suma, de nada adianta tapar o sol com a peneira.

Bibliografia

- CACCIAMALI, M.C. (1983). **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo : FIPE /USP.
- CÉZARD, M. (1986) Le chômage et son halo. **Économie et Statistique**, Paris, : Institut National de la Statistique et des Études Économiques, n. 193-4, nov/dez.
- DEDECCA, C. S. (1996) **Desemprego e regulação hoje no Brasil**. Campinas, UNICAMP/IE/CESIT. (Cadernos de Discussão 20).
- DEDECCA, C. S. (1998 a) **Reorganização econômica e mercado de trabalho no Brasil**. Macau. (III Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, jun., 1998, mimeo.)
- DEDECCA, C. S. (1998) O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Editora 34, v.18, n. 1, p.99-119, jan./mar.
- DEDECCA, C. S., BALTAR, P.E.A. (1998) Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo : USP/IPE. (Prelo).

- SABÓIA, J.M. (1986) Transformações recentes no mercado de trabalho no Brasil durante a crise, 1980-83. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Centro de Economia Política, v.6, n.3, jul./set.
- SORRENTINO, C. (1993) International comparisons of unemployment indicators. **Monthly Labor Review**, Washington, DC, Mar.
- SOUZA, P.R. (1980) **A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas**. Campinas : UNICAMP/IFCH. (Tese de Doutorado).
- THE HOT FILE (1998). Paris : OCDE. (Informação capturada via Internet)
- TOKMAN, V. (1987). El sector informal, quince años después. **El Trimestre Económico**, México : Fondo de Cultura Económica, v.3, n.215, jul/set.